



A invenção da memória: a disputa pelo legado do comunismo no Brasil entre o PCB e o PCdoB

César Alessandro Sagrillo Figueiredo¹

Resumo: Ao trabalharmos com partidos comunistas no Brasil, há um grande questionamento sobre qual seria o verdadeiro partido marxista-leninista nacional, visto que os dois partidos em atividades, respectivamente o PCB e o PCdoB, se reivindicam como o legítimo herdeiro da antiga agremiação fundada em 1922. Isso é endossado em documentos partidários, bem como declarado reiteradamente pela fala dos antigos militantes, que insistem em proferir um veredito final ativado pela memória dos anos de luta. Assim, a partir dessa disputa pelo legado, procuraremos, como objetivo deste artigo, discutir acerca da memória coletiva e da memória oficial no campo partidário, sobretudo no locus da política, assim como visamos a examinar como essas memórias são ativadas enquanto trunfos políticos no tempo presente. Para efeitos metodológicos, trata-se de um trabalho qualitativo, voltado à reconstituição histórica, por meio das referências bibliográficas mais significativas e que respondam aos questionamentos propostos. Como resultado da pesquisa, verificamos que a memória oficial partidária é bastante seletiva e recortada, de acordo com os interesses políticos eleitorais, justamente a fim de manterem-se atuantes no cenário político e, também, constatamos que essa memória política conserva-se como objeto de conflito latente não amainado e permanecendo ativada no transcurso do tempo.

Palavras-chave: PCdoB; PCB; Memória; Legado Político.

The invention of memory: the dispute for the legacy of communism in Brazil between the PCB and PCdoB

Abstract: When working with communist parties in Brazil, there is a great question as to which would be the true national Marxist-Leninist party, since the two parties in activity, respectively the PCB and the PCdoB, claim to be the legitimate heir of the former association founded in 1922. This is endorsed in party documents, as well as repeatedly declared by the speech of the former militants, who insist on pronouncing a final verdict activated by the memory of the years of struggle. Thus, from this dispute for the legacy, we will seek, as an objective of this article, to discuss the collective memory and the official memory in the party field, especially in the locus of politics, as well as to examine how these memories are activated as political assets in the present time. For methodological purposes, this is a qualitative work, aimed at historical reconstitution, by means of the most significant bibliographical references and that answer the proposed questions. As a result of the research, we verified that the official party memory is quite selective and cut out, according to the electoral political interests, precisely in order to remain active in the political scenario and, also, we verified that this political memory is kept as an object of latent conflict unadjusted and remaining activated in the course of time.

Keywords: PCdoB; PCB; Memory; Political Legacy.

¹ Doutor e mestre em Ciência Política (UFRGS), Pós-Doutorado no PPGCPOL (UFPEL) e Pós-doutorado no PPG Letras (UFT). Professor do Curso de Licenciatura em Ciências Sociais e do PPG Letras (UFT). Líder do Grupo de Pesquisa Violência e Estado. Desenvolve pesquisa sobre cinema e literatura política, Guerrilha do Araguaia, justiça de transição e literatura de testemunho. cesarpolitika@gmail.com

Introdução

Ao discutirmos acerca do legado do comunismo no Brasil, deparamo-nos com um dilema que provoca grandes paixões, dependendo do lado de defesa que o analista se filiar: qual é o verdadeiro partido comunista no Brasil? Tal pergunta se justifica, uma vez que existe dois partidos que se definem como o verdadeiro e histórico partido comunista fundado em 1922, quais sejam: Partido Comunista Brasileiro (PCB) e Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Para os militantes do PCB, eles vão afaçar que o seu é o verdadeiro partido de Luiz Carlos Prestes²; por outro lado, para os militantes do PCdoB, esta organização vai reafirmar que não são um racha da antiga agremiação comunista, mas sim a sua reorganização e continuidade histórica legítima do velho partido fundado em 1922, pois mantiveram o mesmo nome. A primeira indagação leva a um segundo questionamento: Como equilibrar este dilema que, além de pretender carregar para si a herança do verdadeiro partido comunista, também torna os seus pretensos herdeiros portadores de um legado histórico, com vista a capitalizar esse espólio como recurso político nas sucessivas eleições?

A partir dos questionamentos que norteiam esse artigo, refletiremos como a memória política se equilibra num fio tênue entre a memória coletiva e a memória histórica, sabendo de antemão que ambas são extremamente trabalhadas, melhor dizendo, são manipuladas através dos lapsos e dos esquecimentos (intencionais ou não), bem como acionadas por meio das memórias dos velhos militantes. Nesta perspectiva, devemos enfatizar que a memória funciona como se fosse um processo seletivo, sendo construída como um mosaico, uma montagem que irá refletir na memória oficial partidária. Assim, para o escopo deste texto compreendemos que, no caso de história partidária, essa é composta pelos fatos que melhor recriem a memória oficial desses partidos.

Desta forma, para a consecução deste artigo trabalharemos as contradições que fomentaram essa ruptura partidária dos comunistas nos seguintes momentos históricos e delineados com os seguintes objetivos que corroboraram a elaboração do texto: (1) primeiro momento, elaborar um brevíssimo histórico político do comunismo no Brasil, com intuito de entender os motivos da secção dos comunistas no início dos anos 60; buscando compreender não somente as motivações, mas as condições nacionais e internacionais que estimularam esta ruptura irreconciliável. Ainda, torna-se de fundamentação importância (2) num segundo momento, discutir teoricamente acerca do enquadramento da memória coletiva e da memória histórica, com o intuito de dialogarmos com o objeto e fundamentar teoricamente as respostas às questões propostas.

Do ponto de vista dos procedimentos metodológicos, trata-se de um trabalho qualitativo, pois visa à reconstituição histórica procurando examinar comparativamente os partidos comunistas. Para a consecução deste artigo, trabalharemos com as bibliografias referentes aos elementos mais significativos do contexto internacional e nacional, buscando compreender as motivações que levaram a secção na seara da esquerda. Neste enquadramento, para não ficarmos reféns de uma memória oficial unívoca, dialogaremos com o referencial bibliográfico, buscando, assim, examinar artigos, documentos partidários e propagando política, a fim de verificar como foi trabalhada a memória desses dois partidos, que se intitularam reciprocamente como o real partido de 1922.

2 Luiz Carlos Prestes foi militar e político brasileiro (1989-1990); a principal liderança da Coluna Prestes, movimento político-militar de oposição à República Velha, durante a década de 1920. Após, ingressa no PCB, sendo preso pelo Estado Novo de Getúlio Vargas (1937-1945). Torna-se Secretário Geral e principal dirigente do PCB de 1943 até 1980. (PRESTES, 2006).

Breve histórico do comunismo no Brasil - da gênese à grande secção.

O surgimento do Partido Comunista do Brasil ocorreu como reflexo das lutas surgidas no país no final do século XIX e início do século XX, principalmente entre grupos socialistas dispersos e elementos do anarco-sindicalismo. Também, é relevante destacar a força motriz e a influência impulsionadora da Revolução de Outubro de 1917, na Rússia, como exemplo político para a consecução de um partido com caráter comunista na cena política brasileira, sendo fundado em 1922. Primeiramente, torna-se importante esclarecermos o seguinte: o partido nasce com o nome oficial de Partido Comunista do Brasil e utiliza-se institucionalmente ao longo do seu percurso, inclusive em eleições, da sigla PCB.

Desde o seu nascedouro o partido sofreu severas perseguições, tendo no imediato ao fim do Estado Novo em 1945, um breve período de legalização partidária, tomando impulso e constituindo uma expressiva bancada de comunistas eleitos (CARONE, 1982; CHILCOTE, 1982). Porém, a política de legalidade do Partido Comunista do Brasil (PCB) não perdurou por muito tempo, uma vez que logo voltaria a ser cassado em 1947 e entraria novamente na clandestinidade.

Como reflexo deste conjunto de fatores e perseguições, o PCB lançava uma nova linha política consubstanciada no Manifesto de Agosto de 1950. Nessa, rompem totalmente com a política conciliatória do período anterior (pós-Ditadura Vargas); primando, a partir desse momento, por uma diretriz de assalto ao poder e empunhando a insígnia de libertação nacional através da tática de Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN). Esse manifesto traria subsídios às diretrizes políticas do IV Congresso do PCB, no qual enfatizava que a independência nacional se daria com a derrubada do governo feudal-burguês, através de uma estratégia insurrecional de libertação, democrática e popular, por meio dessa Frente Democrática de Libertação Nacional (FDLN). Essa política sectária seria reflexo justamente da exclusão do PCB da grande política institucional brasileira, sendo ratificada esta diretriz através do IV Congresso do partido em 1954 (FIGUEIREDO, 2013).

Porém, as turbulências no cenário político nacional serão sentidas na seara comunista, pois Getúlio Vargas, que assumiu novamente o governo do Brasil em 1950, suicidou-se em agosto de 1954; fazendo com que a linha política do IV Congresso fosse posta discretamente de lado e sem maiores autocríticas. Começava neste período, digamos assim, uma “redescoberta” da política nacional, amainando a linha política esquerdista. Embora o Comitê Central (CC) primasse pela linha mais esquerdista do IV Congresso, na prática os comunistas, através da sua base sindical, começariam a construir, melhor dizendo, reconstruir um trabalho mais sistemático em comunhão orgânica com outras organizações políticas, principalmente o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (SANTANA, 2001).

Ainda, podemos afirmar que, além desta questão nacional, outro fator de fundamental importância assumiu proporções gigantescas na seara comunista, especialmente os reflexos do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) em 1956. Neste Congresso vêm à tona os crimes atribuídos a Stalin, outrora dirigente máximo da União das Repúblicas Socialista Soviética (URSS). Nesse período, após o falecimento de Stalin, o seu sucessor Krushev divulgou o que ficou conhecido como Relatório “Secreto” acerca dos seus crimes. Grosso modo, este Relatório seria o motivo da primeira fissura nos países comunistas e, também, seria um verdadeiro divisor de águas nos partidos comunistas ao redor do mundo. O PCB como era tributário dos cânones do marxismo-leninismo, não sairia imune a esses dilemas

internos, sendo acionado mais intensamente após as denúncias do XX Congresso, que chegaria como uma bomba na imprensa comunista e dando fôlego para rusgas de cima a baixo, dito de outra maneira, das suas unidades de bases até o Comitê Central.

Além dessa questão internacional, convém enfatizar que, no âmbito político brasileiro, transcorria o período do governo nacional desenvolvimentista de Juscelino Kubitschek, iniciado em 1956; ocorrendo, por conseguinte, um abrandamento da perseguição aos comunistas e trazendo uma falsa “legalidade” aos seus personagens principais. Tal conjuntura brasileira realçaria a questão nacionalista, transformando-a numa verdadeira pedra de toque da política do período, fazendo com que os comunistas a absorvam em sua linha político partidária. A partir da questão nacional, convergiria e começaria a ganhar relevo outro conceito de fundamental importância, ou seja, as discussões a respeito da democracia, justamente como reflexo das diretrizes impulsionadas pelo PCUS, fomentando, assim os influxos teóricos nacionais e internacionais na seara comunista.

Assim, devemos frisar que a linha política do PCUS pregava a transição pacífica ao socialismo e, nessa perspectiva, o modelo político do PCB estava sendo gestado *pari passu* entre a política nacionalista democrática desenvolvimentista e a influência externa da política pacifista do PCUS. O Comitê Central instituiu uma comissão secreta a fim de elaborar uma nova linha política ao partido, surgindo desse trabalho a Declaração de Março de 1958, de acordo com a historiadora Anita Prestes, filha de Luiz Carlos Prestes. Essa Declaração seria considerada uma verdadeira mudança teórica na seara dos comunistas no Brasil (PRESTES, 2010). Em linhas gerais, podemos dizer que a Declaração de Março fora caudatária da conjunção de todas estas mudanças ocorridas, tanto em âmbito nacional quanto no plano internacional, principalmente provocadas pelos ventos da desestalinização do Leste europeu.

Neste enquadramento teórico novo e como reflexo das contradições nacionais e internacionais, por conseguinte, reproduziu-se uma nova composição do Comitê Central. Desta forma, a Declaração de Março de 1958 vinha impregnada e influenciava, sobremaneira, as novas diretrizes partidárias. Entretanto, é importante registrar que esta nova diretriz mantinha o viés etapista da política do PCB, todavia, mudava o seu enfoque de correlação de forças, pois visava a uma aliança com a burguesia nacional. Aquela atribuía a este estrato social um papel preponderante na luta política, uma vez que a consideravam como força revolucionária e, portanto, acreditando que ela tivesse este aporte principalmente na luta contra o imperialismo e a favor do desenvolvimento econômico nacional. Tais premissas modificavam, assim, o caráter estratégico da revolução brasileira, que de acordo com a Declaração de Março enfocava o seguinte: “a revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática” (CARONE, 1982, p. 184).

Essa política seria a base para o V Congresso do partido em 1960, no qual adotaria *ipsis litteris* a diretriz da Declaração de Março de 1958. Em virtude dessa mudança radical da linha política, comparando com a do IV Congresso, iria ativar novas secções e justificar as rusgas internas que já existiam tanto no seio do CC quanto nas bases partidárias do PCB. Devemos destacar que, nesse processo, havia conflito de grupos internos da agremiação comunista, principalmente, entre a outrora elite dirigente que se encontrava esvanecida pelas lutas do Relatório de Krushev e que iria disputar espaço com essa uma nova elite emergente, que surgia e estava disposta a ir para o embate político a fim de ganhar espaço. Em síntese,

esta elite emergente buscava não somente disputar espaço, mas marcar posição atuante frente à linha política aprovada no V Congresso: transição pacífica, protagonismo da burguesia e tática de Frente Única. De acordo com a declaração de Março:

A revolução no Brasil, por conseguinte, não é ainda socialista, mas anti-imperialista e antifeudal, nacional e democrática. A solução completa dos problemas que ela apresenta deve levar à inteira libertação econômica e política da dependência para com o imperialismo norte-americano; à transformação radical da estrutura agrária com a liquidação do monopólio da terra e das relações pré-capitalistas de trabalho (...). Estas transformações removerão as causas profundas do atraso de nosso povo e criarão, com um poder das forças anti-imperialistas e antifeudais sob a direção do proletariado, as condições para a transição ao socialismo, objetivo não imediato, mas final, da classe operária (CARONE, 1982, p.184).

Ainda no tocante ao ambiente interno partidário, o V Congresso sacralizaria de fato a derrota do antigo núcleo estalinista egressos do IV Congresso, emergindo neste duelo uma nova elite dirigente no seio do PCB, mas mantendo Luiz Carlos Prestes como o grande líder, justamente a fim de sacralizar a contenda vitoriosa. Destacamos que o PCB passou a se chamar, a partir do V Congresso, Partido Comunista Brasileiro, com vistas a pleitear a sua legalização eleitoral. Já a cisão oponente, com o intuito de se institucionalizar, manteve o nome original de Partido Comunista do Brasil e passou a utilizar a sigla PCdoB a partir de 1962, mantendo também a mesma linha política do IV Congresso de 1954. Justamente por essas rusgas, a cisão oponente peucedobista acusaria a nova elite dirigente do PCB de revisionista e de traição do legado original do marxismo-leninismo, estabelecendo-se, a partir deste momento, uma luta entre as duas searas. Embora em seu cerne ambos os PC's não tivessem uma diferença estratégica palpável — transição ao socialismo em duas etapas —, o centro da discussão estava no agente revolucionário: (1) quanto ao PCB seria a burguesia; e, (2) enquanto o PCdoB insistia na via insurrecional através do proletário-camponês.

Quanto ao PCB, mesmo ainda estando numa clandestinidade aparente, início dos anos 1960, este período seria o apogeu da inserção do PCB na política nacional, pois embora não participasse do curso das eleições que se desenrolava, não obstante, conseguia burlar a sua ilegalidade elegendo candidatos dentro de outros partidos, especialmente o PTB, assim como influenciavam o jogo político do governo de João Goulart (1961-1964) (SEGATTO, 1995). Realçamos para efeitos políticos e comparativos que esta política do PCB, atrelada ao cenário político nacional, era totalmente rechaçada pelo refundado PCdoB, pois não acreditavam no caráter revolucionário de João Goulart.

Quanto aos vínculos e exemplos das lutas internacionais, torna-se importante salientar que o PCdoB se alinhou à China comunista, mas frisamos que seu alinhamento ao Partido Comunista da China (PCCh) não se deu no imediato à sua reorganização partidária, pois no início da sua vida legal, apoiava ainda a URSS, em seu Manifesto Programa: “a União Soviética marcha para o comunismo” (PCdoB, DOCUMENTOS HISTÓRICOS, 2000, p. 41). Nesse sentido, reafirmamos que, embora a fissura do bloco soviético na década de 50 produzisse rachaduras visíveis no comunismo internacional, vide conflito sino-soviético, esse não foi o motor único da fissura dos comunistas brasileiros. A desincompatibilização com a URSS ocorreu, de fato, somente quando o PCUS publicou no Pravda, em 14 de julho de 1963, uma carta-aberta acusando o PC da China de fomentar a divisão dos comunistas no mundo, citando o caso do Brasil como exemplo, mencionando explicitamente os nomes de João Amazonas e Grabois (Id, 2000), antigos dirigentes do PCB que capitanearam a secção e fundaram o PCdoB.

Portanto, com diferentes delineamentos políticos e rusgas de ambas as partes, as secções institucionalizavam-se também no plano internacional. Assim sendo, sobrava para o PCdoB o seu alinhamento de forças com os comunistas do PCCh. Tal atrelamento avançaria, principalmente, quando o PCdoB fora considerado pelos chineses como “partido irmão”, nomeando-o como o seu principal interlocutor no Brasil. Dessa forma, a partir de 1963 iniciou-se o envio de militantes do PCdoB para visitas frequentes a China de Mao Tse Tung, com vistas a treinamento e trocas de experiências no plano militar. Então, podemos enfatizar que é a partir de 1963, que os comunistas do novo PCdoB iriam romper publicamente com os comunistas soviéticos, afirmando o maoísmo como alternativa política contra o chamado “revisionismo” soviético, sendo esse associado com a socialdemocracia e indicando a necessidade de sua exclusão do movimento comunista internacional (AARÃO REIS FILHO, 1990; AARÃO REIS FILHO & SÁ, 1985). Desta forma, podemos verificar que a razão da secção dos comunistas fora de fundo teórico, no que concerne à linha tática-estratégica para as questões nacionais e, sobretudo, como reflexo dos acontecimentos do movimento comunista internacional — os quais galvanizaram secções não somente no Brasil —, como também fomentaram dissidências entre outros países comunistas da esfera de influencia da União Soviética.

Discussões teóricas e empíricas acerca da memória comunista

Ao discutirmos sobre a memória do marxismo no Brasil, realçamos que estamos trilhando um caminho nos subterrâneos da política, uma vez que as organizações comunistas no país ficaram por um longo período na clandestinidade e sendo perseguidas. Não devemos esquecer que a partir de 1964, vivemos numa ditadura militar, que não somente perseguiu as organizações de esquerda, como também as aniquilava fisicamente. Portanto, temos assim memórias de sobreviventes, recontadas e recortadas pelas mãos de quem atravessou, muitas vezes, águas turbulentas de uma ditadura feroz, uma vez que o processo de redemocratização veio a ser efetivado com a passagem de um presidente ditador para um civil em 1985, propiciando, somente neste momento, a legalização dos PC's.

Ainda, devemos também diferenciar o grau de violência do Estado contra as organizações comunistas, quais sejam: (1) quanto ao PCB, em virtude de ser uma organização que visava o fim da ditadura dentro dos marcos institucionais e em comunhão com o MDB/PMDB, sofreu um aniquilamento mais seletivo; e, (2) no tocante ao PCdoB, em face da Guerrilha do Araguaia (1972-1975), houve um processo de perseguição e assassinato dos seus militantes de forma mais sistemática ao longo da ditadura militar. Tais diferenciações de luta e resistência, geraram duas formas distintas de enfoque do acionamento da memória por parte dessas organizações políticas: (1) por parte do PCB, através das lembranças da luta pacífica e pela busca da redemocratização; e, (2) por parte do PCdoB, via luta de resistência e guerrilha armada no Norte do Brasil. Em linhas gerais, essas diferentes formas de repertórios de lutas serão acionadas, preponderantemente, no processo seguinte, no curso de redemocratização partidária no Brasil, inclusive em pleitos eleitorais como trunfos políticos (SALES, 2002; FIGUEIREDO, 2013).

Percebemos, portanto, que a cultura política dos partidos comunistas no Brasil fora acionada através dessa memória primeva, principalmente memória de sobrevivência, em face da luta contra as diversas ditaduras e clandestinidades de que foram vítimas: primeiramente, a Ditadura de Vargas e o Estado Novo;

e, posteriormente, a ditadura militar e o terror de Estado. Ou seja, são memórias de sobrevivência e subalternidade na cultura política brasileira, justamente em virtude da longa perseguição e clandestinidade. Não podemos esquecer, neste sentido, que durante muito tempo ser comunista era sinônimo de perigo vermelho, dito de outro modo, de algo extremamente pernicioso (RODEGHERO, 2007). Assim sendo, cumprindo o seu papel dentro de um lócus subalterno da memória política no Brasil, muitas vezes, os comunistas preferiram esquecer, melhor dizendo, recortar as suas memórias, expondo apenas os fatos que melhor proporcionassem um enquadramento verossímil para a construção de uma memória oficial, mas não todos os traumas do período de perseguição política.

Desta forma, enfatizamos que, desde o fim da ditadura militar até meados dos anos 90, os oponentes comunistas eram ainda uma clivagem política subalterna, uma vez que estavam se recuperando do trauma ditatorial e buscavam inserir-se no quadro político nacional. Entretanto, no percurso político que se seguiu, a partir da legalidade política, logo começaram a disputar espaços políticos em cargos legislativos e executivos, almejando, por conseguinte, reescrever uma nova história oficial. Destacamos que o fato de serem historicamente oponentes ao regime militar, ocasionava uma distinção particular para as suas biografias políticas, fazendo com que, conseqüentemente, fossem acionadas essas características como trunfos políticos nas sucessivas eleições ao longo dos anos 1990 e 2000, com vistas a dar respaldo para tentarem se eleger com o epíteto de heróis nacionais que lutaram contra a ditadura militar (REIS, 2007; AYDOS & FIGUEIREDO, 2013). Nesse enquadramento político, torna-se perceptível que a memória faz parte das referências de um grupo coeso, fazendo com que as suas lembranças, por conseguinte, sejam fruto, tanto de um processo seletivo quanto coletivo, que vai se maturando ao longo do tempo e sendo acionada oportunamente. A partir desta perspectiva, podemos dialogar com Ecléa Bosi em seu livro, *Memória e Sociedade: lembranças de Velhos*:

É certo que existem várias conjunturas da história; a real construção dos fatos e acontecimentos envolvidos são imutáveis, contudo, a interpretação que envolve esses processos específicos são naturalmente influenciadas pelo tempo no qual as testemunhas e os sujeitos envolvidos estão inseridos. Não é uma questão de relativizações, mas de compreensão das manifestações cognitivas de cada ser envolvido que tem seu viver pontuado no tempo e no espaço (2007, p. 74).

Nesse sentido, podemos estender o debate e compreender como são trabalhados os eventos que marcaram a memória das lutas dos partidos comunistas, igualmente, como os seus dirigentes reconstruíram a história dos seus partidos comunistas, reafirmando-se como o verdadeiro partido fundado em 1922. Conforme explicitado, a partir de 1960 o partido comunista oficial no Brasil tornou-se o PCB, sendo endossado tanto pela matriz comunista na URSS quanto pelo seu mais destacado e eminente dirigente — Luiz Carlos Prestes —, o mitificado Cavaleiro da Esperança. Portanto, a partir de tais pesos de anuência nacional e internacional, ninguém poderia duvidar desse veredito, uma vez que essa organização, segundo seus dirigentes, tinha purificado o marxismo brasileiro da chaga do estalinismo.

No tocante ao PCdoB, essa organização ficou atrelada como continuadora do antigo programa do IV Congresso de 1954, que pregava uma tomada de poder pelas armas, sendo que no início dos anos 60, esse modelo não fazia mais sentido dentro do escopo pacifista do marxismo internacional. Também, o PCdoB não aceitou os novos ventos liberalizantes provindos do leste europeu e não endossou a leitura democratizante do comunismo à brasileira que apoiava Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e João Goulart. Ou seja, o PCdoB ficara atrelado como símbolo do passado, uma vez que continuava se

orientado segundo as diretrizes de Stalin e não conseguia respirar os ventos liberalizantes, a partir da direção de Krushev no PCUS.

Dessa forma, o PCdoB se cristalizaria na seara da esquerda brasileira com uma moldura de racha político do PCB e de organização comunista com verniz petrificada estalinista. Além dessa distinção, não podemos esquecer que a melhor cepa da intelectualidade da década de 1950 e 1960 optou pelo PCB, ficando assim o PCdoB com um pequeno número de militantes políticos e sem densidade para intervir politicamente. Portanto, tal moldura política e o ínfimo número de quadro militante, tornavam esse partido com pouco poder de fogo para operacionalizar e fazer frente ao PCB, que nesse período já se autoproclamavam como o “Partidão” (GORENDER, 1987). Portanto, havia cristalizado dois polos opostos e duas leituras da história, a partir de uma compreensão diferenciada, tanto do modelo de revolução para o Brasil, quanto quem era o verdadeiro partido político que representaria a classe operária.

Em síntese, retomando a questão teórica, podemos enfatizar que a memória coletiva é a memória de um grupo que possui um *ethos* de experiência em comum, assim como vivência no mesmo lócus de atuação. Portanto, quando se fala em memória partidária reporta-se ao grupo de pessoas de uma mesma geração, a fim de recontar a sua história e com isto, necessariamente, narrar a história oficial do partido, a partir de elementos comuns, buscando tecer uma memória una e coletiva. Logo, no plano empírico, podemos dizer que existe mais de uma memória coletiva, dependendo do material partidário e do material político analisado, por exemplo, a respeito do período dos anos 60: (1) quando trabalhamos com documentos do PCB, veremos o olhar deste como o único partido comunista no Brasil e, conseqüentemente, como o porta-voz oficial do socialismo soviético; e, (2) por outra análise, quando trabalhamos com os documentos do PCdoB, vemos este constantemente no ataque ao PCB, procurando uma legitimação política, como sendo cada um deles o autêntico partido; acusando o seu coirmão de reformista e traidor. Em síntese, no tocante ao diálogo entre as organizações pela disputa do campo político, como espaço de poder nos anos 1960, vemos o PCB intencionalmente ignorando o PCdoB em face do seu reduzido tamanho. Porém, por parte do PCdoB, conforme já realçado, havia uma disputa feroz dos pecedobistas contra o PCB, tentando abrir espaço: para os pecedobistas a luta não era somente contra a ditadura, mas também contra o reformismo e a legitimação do PCdoB como o verdadeiro partido — não como um simples racha político (SALES, 2000; SALES, 2001).

Nessa disputa de campo político, em meados dos anos 1960, surge também a Nova Esquerda, justamente como reflexo das secções do velho tronco comunista — sendo estes grupos filhos legítimos do velho partido comunista que, ao longo da ditadura militar, romperam com o “Partidão” e formaram as denominadas Dissidências que optaram pela luta armada. Portanto, no Brasil, passam a existir velhas e novas organizações de orientação comunista. Sendo que, convém realçar que essas Dissidências foram rapidamente aniquiladas pela repressão, vindo a se fragilizar no início dos anos 1970 e tendo que compor novos repertórios de lutas para continuarem atuantes. Torna-se importante frisar que no processo de redemocratização em 1979, surgiu o Partido dos Trabalhadores (PT) reagrupando muitas dessas organizações rompidas do velho “Partidão”, em virtude do fracasso da luta armada. Com a multiplicidade de organizações egressas do “Partidão”, percebemos a dificuldade de identificar a raiz da velha cepa comunista, melhor dizendo, analisar o verdadeiro partido comunista, uma vez que existe uma miríade de novas organizações reivindicando-se como filhas legítimas da velha organização fundada em 1922,

portanto, ativando inúmeras memórias e lembranças. A partir destas indicações alguns conceitos de Maurice Halbwachs são extremamente pertinentes:

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em época anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada (1990, p. 71).

De acordo com Halbwachs há um diálogo entre (1) a memória individual, que são as memórias ativadas através das lembranças pessoais e que seriam revividas quando suscitadas; e, (2) as memórias coletivas, as quais seriam ativadas dependendo do grupo em que os indivíduos estiverem inseridos. Neste sentido, a partir deste constructo, podemos inferir que a história oficial é a sucessora desta memória coletiva, pois quando começarem a ocorrer os lapsos da memória coletiva, melhor dizendo, quando a extensão da memória coletiva começasse a se esfumazar, ativar-se-ia, portanto, oportunamente, a construção de uma pretensa história oficial. Nesta perspectiva, a história oficial pode ser uma construção baseada num centro de tradição com o intuito de consolidar e alicerçar uma memória coletiva previamente selecionada, de acordo com o interesse dos agentes dispostos à manutenção dessa história oficial.

Podemos perceber na tradição da história do PCB esse formato de tradição e seleção dos fatos a serem retrabalhados como se fosse uma memória oficial, pois temos as seguintes datas e tempos cronológicos da sua análise histórica: (1) 1922, fundação oficial do PCB; (2) após o desbaratamento e prisão de grande número de comunistas pela ditadura de Vargas, um novo Comitê Central emerge em 1943. Esse grupo que emerge em 1943, passa a se autoproclamar o continuador histórico do PCB. Para atestar essa continuidade, Luiz Carlos Prestes é guindado a presidente do PCB, mesmo estando preso; (3) porém, esse mesmo grupo se fragiliza ao longo da década de 1950, conforme já exposto, ficando Prestes com o centro pragmático que endossou o “novo” Partido Comunista Brasileiro em 1960; (4) posteriormente, na década de 1980, com a volta dos exilados ao Brasil, há uma nova seção do PCB, nessa ruptura Prestes seria a figura pária e à esquerda, desta vez, o Cavaleiro da Esperança fora expurgado; (5) no início da década 90, após a crise do Leste europeu e com a crise do socialismo, o PCB se define, emergindo um novo centro pragmático capitaneado por Roberto Freire, que havia concorrido a Presidente do Brasil em 1989, ou seja, uma nova direção ascende, só que desta vez extingue-se o nome do PCB e trocando-o para Partido Popular Socialista (PPS): dando um fim “oficial” do PCB em 1992 (PRESTES, 2006; FIGUEIREDO, 2013).

No entanto, mesmo com o fim anunciado do PCB pelo PPS, um grupo minoritário não aceita o novo nome e o programa político, bem como o novo modelo de organização, sem os vínculos com o marxismo-leninismo, propagado pelo PPS e refunda o PCB em 1993, autoproclamando-se como o continuador do legado e do nome do velho partido (SILVA, 1999). Assim, temos a partir de 1993, três partidos que se dizem o verdadeiro continuador histórico do partido comunista: PCB, PPS e PCdoB. Realçamos que todas as três agremiações mantêm a tradição de continuidade histórica nos congressos partidários, como se cada um fosse o autêntico partido de 1922, sem interrupção numerativa congressual, cada um, portanto, narrando o congresso vigente como o sucessor do primeiro congresso fundacional de 1922 (FIGUEIREDO, 2013).

De acordo com os dados do TSE, das três organizações, o PCdoB é dentre essas o partido que mais tem conseguido um efetivo processo de sedimentação partidária, elegendo inúmeros vereadores, deputados estaduais, deputados federais, senadores, prefeitos de grandes cidades e, atualmente, o governo do estado

do Maranhão. Justamente com o intuito de incremento nas urnas e maximização de votos, reivindicava-se, midiaticamente, como o verdadeiro partido comunista e, atualmente, divulgam que está completando mais de 90 anos de história partidária. Em sua propaganda política, via de regra, no aniversário de fundação do velho partido em 25 de março, o PCdoB traz à luz todos os grandes vultos comunistas da sua história, entre esses, Luiz Carlos Prestes, sendo que tal montagem da história — sem notas explicativas — rendeu discussões acaloradas entre a família Prestes e o PCdoB.

Vemos assim, os limites da memória coletiva e da memória histórica oficial, uma vez que no limite em que a memória coletiva se tornou fluida com o esfacelamento do PCB, oportunamente, pelo lado do PCdoB em virtude do seu crescimento, houve a tentativa de aproveitar e reconstruir uma nova história, no entanto, não passando pelo crivo da família Prestes, especialmente de Anita Prestes (2011), conforme já realçado, eminente historiadora comunista filha de Luiz Carlos Prestes e Olga Benário.

Dirijo-me à direção do PCdoB para externar minha estranheza e minha indignação com a utilização indébita da imagem dos meus pais, Luiz Carlos Prestes e Olga Benario Prestes, em Programa Eleitoral desse partido, transmitido pela TV na noite de ontem, dia 20 de outubro de 2011. Não posso aceitar que se pretenda comprometer a trajetória revolucionária dos meus pais com a política atual do PCdoB, que, certamente, seria energeticamente por eles repudiada. [...]. Por respeito à memória de Prestes e de Olga, o PCdoB deveria deixar de utilizar-se do inegável prestígio desses dois revolucionários comunistas junto a amplos setores do nosso povo (PRESTES, 2011).

Não obstante, mesmo com toda a acusação de falsificadores da história, o PCdoB se intitula, reiteradamente, o verdadeiro partido comunista no Brasil, pois segundo a agremiação política mantiveram o nome, o programa e o estatuto, inclusive no momento da legalização partidária em 1985, logrando esse partido possuir o registro como reorganização, conforme citação veiculada nos documentos oficiais partidários:

João Amazonas explicou que, na verdade, o requerido era a reorganização do Partido, registrado com o número 1.280 no dia 31 de maio de 1922 no Cartório do 1º Ofício do Rio de Janeiro. “Não fizemos desmanche algum, para legalizar o Partido, enquanto existiu o regime militar”, disse. A emenda constitucional aprovada estabelecia o direito à fundação de partidos e o de reorganização dos que tiveram o registro eleitoral cancelado. Este detalhe permitiu aos dirigentes do PCdoB ingressar com o Programa e os Estatutos como reorganizadores do Partido (BERTOLINO, 2010, p. 213-214).

No entanto, com o intuito de dar um lustro ao PCdoB no início do século XXI, muito providencialmente, esqueceram os conflitos que tiveram no passado com o Luiz Carlos Prestes, colocando-o junto ao PCdoB nos programas políticos, como se ele fora sempre desse partido e nunca tivessem ocorrido rugas, secções e disputas latentes. Com certeza, tais ajustes forçados da história e com personagens misturados nas campanhas midiáticas, fecundaram, conseqüentemente, discussões além dos vínculos familiares, bem como diálogos no campo político e historiográfico. Da parte do PCdoB, de acordo com a sua necessidade em recontar a história e construir a sua versão oficial, reiteram o seu posicionamento e justificam a continuidade histórica. No tocante a essa discussão podemos fazer algumas considerações mediadas por Halbwachs:

Na realidade, aqueles que escrevem a história, e que registram sobretudo as mudanças, as diferenças, entendem que, para passar de um para outro, é preciso que se desenvolva uma série de transformações das quais a história não percebe senão a somatória (no sentido do cálculo integral), ou o resultado final. Tal é o ponto de vista da história, porque ela examina os grupos de fora, e porque ela abrange uma duração bastante longa. A memória coletiva, ao contrário, é o grupo visto de dentro, e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana, que lhe é, frequentemente, bem inferior. Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo,

já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas. A memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo, e que mudou, foram as relações ou contatos do grupo com os outros (1990, p. 88).

Em síntese, enquanto a família Prestes mantiver viva a memória coletiva, assim como a tradição de reivindicarem a coerência histórica, não aceitarão, portanto, esse recorte selecionado do campo da memória para provimento político partidário. Quanto ao PCdoB, observamos não somente uma tentativa de selecionar adequadamente a história para além da memória coletiva familiar, como também reivindicar o uso de figuras históricas como o velho Prestes, para atestar através da sua imagem a legitimidade da velha raiz partidária. Mesmo com toda a discussão suscitada, especialmente pela eminente historiadora Anita Prestes, sempre ficará complicado para o PCdoB reificar essa memória, principalmente, quando uma figura mítica extrapola os vínculos da memória coletiva familiar e se personifica numa vultosa figura histórica nacional como Prestes, o Cavaleiro da Esperança.

Ainda, devemos realçar que esta reconstrução da memória do PCdoB associado a figuras históricas de vulto nacional é recente, justamente em face do sucesso partidário nas urnas, uma vez que anteriormente, via de regra, a memória do PCdoB estava fortemente associada a Guerrilha do Araguaia (GASPARI, 2002). Melhor explanando, durante décadas o PCdoB, tanto em programas eleitorais quanto em seus livros, destacava grande espaço para a Guerrilha do Araguaia, a sua grande epopeia de luta. Neste atual momento da luta democrática, em que o PCdoB disputa prefeitura, governos de estado e até presidência, portanto, a Guerrilha do Araguaia sai discretamente de cena e sem críticas, pois atualmente visam uma memória e um discurso mais maximizador de votos. Ou seja, há um processo seletivo de recontar a história oficial do partido, pois novos e recentes personagens midiáticos afluem para o PCdoB disputando eleições e apresentando o PCdoB palatavelmente como o partido mais antigo do Brasil (FIGUEIREDO, 2013).

Quanto ao PPS, não obstante se declararem como continuador do autêntico partido de 1922 em suas atas congressuais, não há destaque, tanto em seu *site* quanto em seus materiais partidários, acerca do legado de luta e das suas eminentes personalidades comunistas. Diferentemente ocorre com o PCB, pois constroem uma imagem cristalizada pelo tempo, não somente como sendo o partido autêntico de 1922, mas endossando ser o partido verdadeiro que possuía um grande elenco de figuras, bem como de personalidades históricas que passaram pela legenda pecebistas. Ainda, não podemos deixar de salientar que mantêm em seus materiais impressos e virtuais todos os símbolos iconográficos do velho partido, assim como imagens e associações com as lutas operárias do século XX no Brasil e no velho mundo, especialmente a antiga URSS.

A partir das análises realizadas pela pesquisa, constatamos que temos dois partidos que reivindicam fortemente a velha legenda: (1) o PCdoB, que embora fora a organização que manteve o nome, o programa e o estatuto do velho partido, não logrou a maioria na secção partidária, ficando com a alcunha de racha estalinista; e, (2) o PCB, que procurou construir um novo partido com o intuito de conseguir a sua legalização partidária em 1960, ficando com a maioria partidária e com o endosso do Prestes. Embora haja reconhecimento de que existam divergências historiográficas e, principalmente, ideológicas, neste campo partidário, pelo fato de buscarmos identificar qual partido é o racha e qual é a raiz do autêntico partido de 1922. Convém, no entanto, identificar que ambos são frutos de uma mesma matriz. Partindo

desta afirmação, sugerimos que em virtude dos acontecimentos (1) nacionais, (2) internacionais e (3) das contradições internas diluídas (ou ativadas) nesse ambiente de disputa houve, portanto, a secção dos comunistas brasileiros.

Conforme exposto, no transcurso da cisão, o grande peso da intelectualidade fechou com o PCB em 1960, entre outras razões, também como uma forma de se desvincular do “trauma” do período stalinista. Tal vinculação ao PCB desdobrar-se-á numa profusão de trabalhos na seara acadêmica qualificando, por conseguinte, o PCB como o real partido da classe operária, fundado em 1922, e relegando ao PCdoB, a categoria de racha do histórico partido. Ademais, contribuindo para análise, convém também compreender esta ruptura a partir das contradições internas do grupo dirigente e das concepções específicas de partido de natureza marxista-leninista regido pelo centralismo democrático, no qual quem vence a disputa é a maioria (capitaneada pelo CC) e tendo que necessariamente a minoria acatar, ou no caso de divergências explícitas, serem resolvidas por cisões, expulsões e, finalmente, cisões e rachas.

Conclusão

Na maior parte das vezes, lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias de hoje, as experiências do passado. A memória não é sonho, é trabalho. Se assim é, deve-se duvidar da sobrevivência do passado, “tal como foi”, e que se daria o inconsciente de cada sujeito. A lembrança é uma imagem construída pelos materiais que estão, agora, à nossa disposição, no conjunto de representações que representam nossa consciência atual. Por mais nítida que nos pareça a lembrança de um fato antigo, ela não é a mesma imagem que experimentamos na infância, por que nós não somos os mesmos de então e por que nossa percepção alterou-se e, com ela, nossas idéias, nossos juízos de realidade e de valores [...] (BOSI, 1994, p.55).

Procuramos neste artigo discutir acerca do real partido comunista fundado no Brasil e quais são os seus verdadeiros herdeiros. Percebemos ao longo do texto que há três partidos que reivindicam o legado do velho partido, cada um modelando e recortando a história com a seletividade necessária para conquistar o endosso de herdeiro do velho partido. Não obstante a luta pelo legado, vemos que a memória é ativada de maneira diferenciada pelas agremiações, sendo o PPS o que menos ativa e aciona o enquadramento da memória, sobrando, portanto, ao PCB e ao PCdoB a disputa e a busca pelo legado histórico no campo político.

Esse processo de luta deita as suas raízes desde a década de 1960, sendo ativadas fortemente de acordo com a necessidade política e com acusações de ambas as partes, de reformista e estalinista. A disputa prossegue com força até o início dos anos 1990, momento este em que ocorre o fim da URSS e, conseqüentemente, o anunciado fim do PCB pelo seu sucedâneo PPS. Porém, houve uma tentativa de reconstrução do PCB nos anos 1990, mesmo sem sucesso; e, para se manter ativos, operacionalizam uma política mais esquerdizante a partir dos anos 2000 nos seus programas políticos, ativando os símbolos e imagens atrelados ao velho “Partidão” e à URSS.

Quanto ao PCdoB, esta agremiação teve que se construir a partir do confronto político com o PCB e com a ditadura militar. Tais dilemas fizeram com que a agremiação pededobista vivesse constantemente tendo que se justificar como sendo o verdadeiro partido comunista e não, racha partidário do PCB. Além dessa questão de identidade política, também, trouxe para junto de si a epopeia da Guerrilha do Araguaia, sendo esse evento acionado com grande propaganda política ao longo dos anos 1980 e 1990, com o intuito

de granjear apoio para o seu partido como trunfo político, inclusive nas urnas. No entanto, no início dos anos 2000 com a readequação tática do PCdoB nas urnas e o seu sucesso de sedimentação partidária, elegendo políticos com sucessos nos pleitos, prefeitos e governador de estado, portanto, a Guerrilha do Araguaia sai de cena e sem crítica; entretanto, nesse momento, emerge a imagem de velhas figuras míticas no seio do partido, como Prestes, num ajuste forçado da história, mas com severas críticas pela família do Cavaleiro da Esperança.

No tocante ao burilamento da memória e ao seu enquadramento no curso da luta política como instrumento de poder, podemos enfatizar que há, tanto um ativamente seletivo da memória, quanto um recorte minucioso da história, sendo que devemos entender esse processo seletivo da memória dentro do quadro da política atual e como um trunfo político. Realçamos que não podemos dizer que esse ajuste forçado da história seja instrumento de burilamento falseado, mas podemos afirmar que o processo para a construção de uma memória oficial ainda está em aberto com novos elementos para ser recortado. Em síntese, quando procuramos o real partido de 1922 e os seus herdeiros, vemos que o este possui vários herdeiros, desde uma memória coletiva familiar, até mesmo uma memória de grupo cujos membros se mantiveram como herdeiros legítimos, mesmo que o “Partidão” seja, atualmente, apenas uma alusão afetiva e subjetiva do poder político de um grupo que há algumas décadas se perdeu no tempo.

Referências

- AARÃO REIS FILHO, Daniel. **A revolução faltou ao encontro**: os comunistas no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990.
- _____, Daniel. Entre Reforma e Revolução: A trajetória do partido Comunista no Brasil entre 1943 e 1964. In.: **História do Marxismo no Brasil**. V 5 (Org) RIDENTI, Marcelo & AARAO REIS FILHO, Daniel (org). Campinas: Ed. da UNICAMP, Cap 2, p. 69 a 102, 2002.
- _____, Daniel & SÁ, Jair Ferreira de (Org). **Imagens da Revolução**: Documentos Políticos das Organizações Clandestinas de Esquerda dos anos 1961-1971. Rio de Janeiro: Editora Marco Zero, 1985
- AYDOS, Valéria; FIGUEIREDO, César Alessandro Sagrillo. . A construção social das vítimas da ditadura militar e a sua ressignificação política. **Interseções**: revista de estudos interdisciplinares, v. 15, p. 492-516, 2013.
- BERTOLINO, Osvaldo. 1985-2002 – Crescimento, luta social e participação institucional. In.: **Contribuição à história do Partido Comunista do Brasil**. Org.: RUY, José Carlos & BUONICORE, Augusto. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2010. Cap. 12, p. 209 a 228.
- BOSI, Ecléia. **Memória e sociedade**: lembranças dos velhos. São Paulo: Cia das Letras, 1994.
- CARONE, Edgar. **O P.C.B (1943-1964)** Volume II. São Paulo: Ed. Difel, 1982.
- CHILCOTE, Ronald H. **O Partido Comunista Brasileiro**: conflito e integração. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1982.
- GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- GORENDER, Jacob. **Combate nas Trevas**. A esquerda brasileira: Das ilusões perdidas à Luta Armada. São Paulo: Editora Ática, 1987
- HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Ed. Centauro, 2006.
- PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. Documentos históricos: In.: **Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro**. São Paulo: Ed. Anita Garibaldi, 2000.

- PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes**: Patriota, revolucionário, comunista, São Paulo: Expressão Popular, 2006.
- _____. **Os comunistas brasileiros (1945-1956/58)**: Luiz Carlos Prestes e a política do PCB. São Paulo: Brasiliense, 2010
- _____, Anita. Carta de Anita Prestes ao PCdoB. **PCB**. 24 de outubro de 2011. <<https://pcb.org.br/porta12/1996/carta-de-anita-prestes-ao-pcdob/>>. Acessado em 03/04/2020.
- REIS, Eliana Tavares. Contestação, engajamento e militantismo : da “luta contra a ditadura” à diversificação das modalidades de intervenção política no Rio Grande do Sul. **Tese de Doutorado**. PPGCP. UFRGS. 2007.
- RODEGHERO, Carla Simone. **O comunismo e outros perigos**: memórias sobre o medo entre católicos. *História Oral*, v. 10, n. 2, p. 91-112, jul.-dez. 2007
- SANTANA, Marco Aurélio. **Homens partidos**: comunistas e sindicatos no Brasil. São Paulo: Boi Tempo, Rio de Janeiro, 2001.
- SALES, Jean Rodrigues. **PCdoB conta a sua história**: tradição, memória e identidade política. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 6. p. 155-171, 2002.
- SALES, Jean Rodrigues. **O PCdoB e o movimento comunista internacional nos anos 60** *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 35, p. 275-303, 2001.
- SEGATTO, José Antônio. **Reforma e revolução**: as vicissitudes políticas do PCB, 1954-1964. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1995.
- SILVA, Antônio Ozaí da. **Os comunistas diante do muro**: o marxismo-leninismo entre a negação e a afirmação da Tradição stalinista. *Diálogos*, DHI/UEM, v. 3, n. 3: 263-290, 1999

Recebido em 25/10/2019.

Aceito em 23/06/2020.